

Gestão 2022-2024

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Paulo César Zeni
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo
Romão Avila Milhan Junior
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siufi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Camila Augusta Calarge Doreto
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cesar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Avila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª a 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br



PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 788/2024-PGJ, DE 28.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XI do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder aposentadoria voluntária à servidora Denise Oliveira da Silveira Xavier, ocupante do cargo efetivo de Analista, símbolo MPAN-101, área de atividade Psicologia, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, com proventos integrais, nos termos do artigo 20 da Emenda Constitucional nº 103, de 12.11.2019, do artigo 11 da Lei Complementar nº 274, de 21.5.2020, e dos artigos 7º e 20, §§ 2º e 3º, inciso I, da Emenda Constitucional nº 41, de 19.12.2003 (PGA nº 09.2023.00011591-0).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 004/PGJ/2024

Processo nº 09.2024.00000001-3

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;
- 2- **PLANETA ÁGUA E GÁS LTDA**, representada por **Simone Neves Dias**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Inciso II do artigo 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Objeto: Fornecimento de água mineral (recarga galão 20 litros), para atender as necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Batayporã/MS.

Valor estimado mensal: R\$ 139,00 (cento e trinta e nove reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2024NE000065, de 08.01.2024.

Vigência: 20.02.2024 a 31.12.2024.

Data de assinatura: 20 de fevereiro de 2024.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 018/PGJ/2024

Processo: 09.2024.00000034-6

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;
- 2- **CEZAR ROBERTO DOS SANTOS 02231814129**, representada por **Cezar Roberto dos Santos**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Inciso II do artigo 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Objeto: a prestação de serviço de limpeza de calhas no edifício-sede da Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas/MS, a ser executado mensalmente.

Valor estimado mensal: R\$ 700,00 (setecentos reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2024NE000085, de 09.01.2024.

Vigência: 26.02.2024 a 31.12.2024.

Data de assinatura: 26 de fevereiro de 2024.

**EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO E USO PELO MPMS DA PLATAFORMA MANTIDA PELA SENACON**

Processo: 09.2023.00008512-1

Partes:

1. **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral de Justiça, **Alexandre Magno Benites de Lacerda**;
2. **SECRETARIA NACIONAL DO CONSUMIDOR DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA**.

Amparo legal: Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 e o Decreto nº 2.181, de 20 de março de 1997, alterado pelo Decreto nº 10.887/2021.

Objeto: Adesão e uso da plataforma tecnológica PROCONSUMIDOR.MJ.GOV.BR, mantida pela Senacon, pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, compreendendo todas as ações e procedimentos de gestão técnica e de dados de demandas de consumo, que possibilitem o registro, armazenamento e compartilhamento de dados, possibilitando a elaboração dos Cadastros Municipal, Estadual e Nacional de Reclamações Fundamentadas, dentre outras ações que promovam políticas públicas integradas para a defesa do consumidor, sem ônus para o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Vigência: 22.12.2023 a 22.12.2028.

Data da assinatura: 22 de dezembro de 2023.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 024/PGJ/2024

Processo: 09.2024.00000074-6

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;
- 2- **F. R. DA CRUZ**, representada por **Fátima Regina da Cruz**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Inciso II do artigo 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Objeto: Fornecimento de água mineral (recarga galão 20 litros), para atender as necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Iguatemi/MS.

Valor estimado mensal: R\$ 270,00 (duzentos e setenta reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2024NE000124, de 11.01.2024.

Vigência: 29.02.2024 a 31.12.2024.

Data de assinatura: 29 de fevereiro de 2024.

EXTRATO DO CONVÊNIO ENTRE MPMS E ASSOCIAÇÃO PRUDENTINA DE EDUCAÇÃO E CULTURA - APEC.

Processo nº 09.2023.00013205-3

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;
- 2- **ASSOCIAÇÃO PRUDENTINA DE EDUCAÇÃO E CULTURA - APEC (UNOESTE – Universidade do Oeste Paulista)** representada por **Augusto Cesar de Oliveira Lima**.

Amparo legal: Lei Federal nº 11.788/2008; Lei Complementar Estadual nº 72/1994; Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27 de julho de 2010; Resolução nº 53/2022-PGJ, de 13 de dezembro de 2022; Resoluções do CNMP nº 42/2009; nº 52/2010; nº 62/2010; nº 246/2022 e Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Objeto: Regular as condições de realização de estágios obrigatórios e não obrigatórios para estudantes de cursos de nível superior/graduação e/ou superior/pós-graduação *lato sensu* ou *stricto sensu*, e regular as condições do Programa de Residência para aqueles que estejam cursando programas de pós-graduação (MBA, especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado) oferecidos pela ASSOCIAÇÃO PRUDENTINA DE EDUCAÇÃO E CULTURA - APEC, nas dependências do concedente, sem ônus para o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Vigência do Convênio: 29.02.2024 até 1º.03.2029.

Data da assinatura: 29 de fevereiro de 2024.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA FINAL****CAMPO GRANDE****EDITAL N. 0002/2024/32PJ/CGR**

A 32.^a Promotoria de Justiça de Saúde Pública da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar, na Rua da Paz, n. 134, Jardim dos Estados.

INQUÉRITO CIVIL 06.2024.00000159-0

REQUERENTE: 32.^a Promotoria de Justiça de Campo Grande

REQUERIDO: Hospital do Câncer Alfredo Abrão.

ASSUNTO: *Apurar eventual ausência de médicos especialistas em cabeça e pescoço no Hospital de Câncer Alfredo Abrão, o que pode impactar na indisponibilidade de agenda para atendimento de pacientes oncológicos.*

Campo Grande, MS, 28 de fevereiro de 2024.

DANIELLA COSTA DA SILVA

32.^a Promotora de Justiça da Saúde Pública

EDITAL N° 057/2023/PA

A 42.^a Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Procedimento Administrativo que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Procedimento Administrativo nº 09.2023.00012959-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Romilton Ferreira Lima

Assunto: Fiscalização e acompanhamento do cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado no IC 06.2022.00000055-0 com Romilton Ferreira Lima.

Campo Grande, 14 de dezembro de 2023

ANDRÉIA CRISTINA PERES DA SILVA

Promotora de Justiça

EDITAL N° 058/2023/PA

A 42.^a Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Procedimento Administrativo que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Procedimento Administrativo nº 09.2023.00012424-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município

Assunto: Acompanhar as providências que o Município de Campo Grande está adotando em relação aos extravasamentos recorrentes na calçada do imóvel localizado na avenida Afonso Pena n. 3547, próximo ao SAMU, entre a avenida Afonso Pena e a rua Bahia, com vistas a assegurar a preservação do meio ambiente e a adequada prestação dos serviços públicos.

Campo Grande, 15 de dezembro de 2023

ANDRÉIA CRISTINA PERES DA SILVA

Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 059/2023/PA**

A 42ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Procedimento Administrativo que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Procedimento Administrativo nº 09.2023.00012719-4

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município

Assunto: Acompanhar as providências que a atual administração pública municipal está tomando em relação à regularização do empreendimento denominado Sucatão do Maik.

Campo Grande, 15 de dezembro de 2023

ANDRÉIA CRISTINA PERES DA SILVA

Promotora de Justiça

EDITAL Nº 060/2023/PA

A 42ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Procedimento Administrativo que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Procedimento Administrativo nº 09.2023.00013103-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Veronice dos Santos Luersen e Sérgio Volmir Luersen

Assunto: Fiscalização e acompanhamento do cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado no IC 06.2022.00000406-7 com Veronice dos Santos Luersen e Sérgio Volmir Luersen.

Campo Grande, 19 de dezembro de 2023

ANDRÉIA CRISTINA PERES DA SILVA

Promotora de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 63ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ¹, de 24 de novembro de 2023, comunica **à filha da vítima** a decisão de arquivamento do Inquérito Policial nº 0908240-03.2024.8.12.0001, em que constam como investigado A Apurar e vítima fatal Bartolo Florentino, conforme se transcreve: “Desta forma, por não terem sido encontrados elementos suficientes para o oferecimento da inicial acusatória, o ajuizamento da ação penal resta prejudicado, já que inexistem requisitos essenciais para o oferecimento da denúncia, haja vista a inexistência de quaisquer indícios de eventual conduta criminosa”.

Campo Grande/MS 29 de fevereiro de 2024.

RICARDO BENITO CREPALDI

Promotor de Justiça

¹ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”



EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 63ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ², de 24 de novembro de 2023, comunica **à vítima** a decisão de arquivamento do Inquérito Policial nº 0006891-58.2022.8.12.0001, em que constam como investigado A Apurar e vítima V. G., conforme se transcreve: “Posto isto, e por tudo joeirado, o representante ministerial requer, por falta de base para a denúncia, o arquivamento do presente inquérito policial, com espeque no art. 18 do CPP, onde fica a possibilidade de desarquivamento do presente se de novas provas tivermos notícias, uma vez não estando verificada a prescrição”.

Campo Grande/MS 29 de fevereiro de 2024.

RICARDO BENITO CREPALDI
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 63ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ³, de 24 de novembro de 2023, comunica **às vítimas e aos investigados** a decisão de arquivamento do Inquérito Policial nº 0902417-46.2023.8.12.0110, em que constam como investigados Juan Agustin e Lautaro Matias Bralo e vítimas Juan Agustin, Lautaro Matias Bralo e Marcelo Elias Leão, conforme se transcreve: “Infere-se dos autos que não ficou comprovada justa causa para iniciar o processo, uma vez que tem-se apenas como provas o Boletim de Ocorrência e termos de representação, o que prejudica o ajuizamento da ação penal, já que inexistem indícios/informação mínima para oferecimento da denúncia”.

Campo Grande/MS 29 de fevereiro de 2024.

RICARDO BENITO CREPALDI
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 65ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ⁴, de 24 de novembro de 2023, comunica à vítima Jéssica Daiane da Silva Azevedo a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0908308-50.2024.8.12.0001, em que constam como investigado Diogo Rodrigues da Conceição e vítima Jéssica Daiane da Silva Azevedo, conforme se transcreve: “o Ministério Público Estadual, nos termos do artigo n. 28, do CPP, promove o arquivamento do presente feito, pois ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia”.

Campo Grande/MS, 28 de fevereiro de 2024.

BOLIVAR LUIS DA COSTA VIEIRA
Promotor de Justiça

² “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

³ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

⁴ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”



EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 65ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ⁵, de 24 de novembro de 2023, comunica à vítima Angela Francisco Ribeiro de Oliveira a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0908213-20.2024.8.12.0001, em que constam como investigado Lindomar Andrade da Silva e vítima Angela Francisco Ribeiro de Oliveira, conforme se transcreve: “o Ministério Público Estadual, nos termos do artigo n. 28, do CPP, promove o arquivamento do presente feito, pois ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia”.

Campo Grande/MS, 28 de fevereiro de 2024.

BOLIVAR LUIS DA COSTA VIEIRA
Promotor de Justiça

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

AMAMBAI

EDITAL Nº 0001/2024/01PJ/CRNS

A 1ª Promotoria de Justiça de Coronel Sapucaia, torna pública a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta, assinado em 22/01/2024, entre o Ministério Público Estadual, por meio de sua 1ª Promotoria de Justiça de Coronel Sapucaia e os (as) senhores(as) Alice Aiko Suzuki, Sérgio Yukio Suzuki, Henrique Terumitsu Suzuki e Oscar Akira Suzuki, proprietários do imóvel denominado Fazenda Monte Alegre, referente à regularização da situação jurídico-ambiental da propriedade, no bojo do Inquérito Civil:06.2022.00000007-1, a disposição para consulta na Avenida Pedro Manvailler, 4601, Centro, Cep 79990-000, Amambai (MS) e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço www.mpms.mp.br.

Amambai (MS), 29 de fevereiro de 2024.

THIAGO BARBOSA DA SILVA
Promotor de Justiça em substituição legal

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA N. 0002/2022/01PJ/CRNS

INQUÉRITO CIVIL N. 06.2022.00000007-1

Pelo presente Termo de Ajustamento de Conduta, com fundamento no art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85, alterado pelo art. 113 da Lei n. 8.078/90, os abaixo qualificados o celebram e se obrigam a cumprir as obrigações pactuadas.

TÍTULO I – DAS PARTES

COMPROMITENTE: O Ministério Público Estadual, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Promotor de Justiça de Coronel Sapucaia – Dr. Thiago Barbosa da Silva.

COMPROMISSÁRIOS: ALICE AIKO SUZUKI, brasileira, agricultura, portadora da Cédula de Identidade RG nº 3.404.871-1 SSP/PR, inscrita no CPF sob o nº 640.682.509-87, casada sob o regime de comunhão parcial de bens com SÉRGIO BARRIOS NOVIAKI, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 000.713.093 SSP/MS, inscrito no CPF sob o nº 543.392.861-68, residentes e domiciliados na Rua José Guiomar, nº 251, Centro, CEP: 79995-000, no município de Coronel Sapucaia/MS;

⁵ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”



SÉRGIO YUKIO SUZUKI, brasileiro, divorciado, comerciante, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.035.326-0 SSP/PR, inscrito no CPF sob o nº 521.717.799-34, residente e domiciliado à Rua Rachid Saldanha Derzi, nº 806, em Coronel Sapucaia/MS;

HENRIQUE TERUMITSU SUZUKI, brasileiro, divorciado, agricultor, portador da Cédula de Identidade RG nº 024.838 SSP/PR, inscrito no CPF sob o nº 640.682.429-68, residente e domiciliado na Rua Baltazar Saldanha, s/n, CEP: 79995-000, Coronel Sapucaia/MS;

OSCAR AKIRA SUZUKI, brasileiro, comerciante, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.035.313 SSP/PR, inscrito no CPF sob o nº 577.515.959-49, casado sob o regime de comunhão parcial de bens com GLEICE MENDES PREHL SUZUKI, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº 5.789.325-7 SSP/PR, inscrita no CPF sob o nº 814.889.049-87, residentes e domiciliados no Sítio Santa Rosa, Zona Rural, CEP: 87265-000, Quinta do Sol/PR.

Todos representados e assistidos pelo advogado Dr. Aires Noronha Adures Neto, OAB/MS n. 7369-B.

TÍTULO II – DESCRIÇÃO DA PROPRIEDADE RURAL

PROPRIEDADE RURAL: Fazenda Monte Alegre, localizada no município de Coronel Sapucaia/MS, composta pela matrícula nº 3.025, do Cartório do Registro de Imóveis de Amambai/MS, inscrita no Cadastro Ambiental Rural sob o n. 21172, totalizando aproximadamente a área de 49,2683 hectares.

AQUIDAUANA

EDITAL N.º 002/2024-1ªPJCA

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Aquidauana – MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo n. 09.2023.00012155-6 - 1ªPJCA. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>. Contato (67) 2020-9318.

Procedimento Administrativo nº 09.2023.00012155-6 – 1ªPJCA

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Ana Cristina Pereira da Silva

Assunto: Acompanhar o TAC firmado nos autos de IC 06.2019.00001316-9

Aquidauana - MS, 27 de fevereiro de 2024.

ANGÉLICA DE ANDRADE ARRUDA

1ª Promotora de Justiça

CASSILÂNDIA

EDITAL N.º 0022/2024/02PJ/CLA

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia - MS, torna pública a INSTAURAÇÃO do Procedimento Administrativo nº 09.2024.00001815-8, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e também encontra-se à disposição de quem possa interessar na Rua Sebastião Martins da Silva, nº 800 – Bairro Alto Izanópolis – Cassilândia-MS.

Procedimento Administrativo nº 09.2024.00001815-8

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Michelle Mamed Jordão e Bryan Mamed Jordão

Assunto: Fiscalizar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado nos autos do Inquérito Civil n. 06.2021.00000309-7.

Cassilândia-MS, 28 de fevereiro de 2024

MAYARA SANTOS DE SOUSA

Promotora de Justiça em substituição legal



EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 2ª Promotoria de Justiça de Cassilândia da Comarca de Cassilândia, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ⁶, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento Inquérito Policial dos Autos SAJTJ nº 0001207-13.2017.8.12.0007e SAJMP nº 08.2017.00155525-4, em que constam como investigado(a/s) ANGÉLICA FERREIRA SILVA ⁷ e vítima(s) Leandro Rocha dos Santos, conforme se transcreve: "Ante o exposto, à luz dos argumentos esposados alhures, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul decide pelo ARQUIVAMENTO do presente inquérito policial, ante a ausência de elementos mínimos que indiquem a prática de conduta penalmente típica (falta de tipicidade material)".

Cassilândia/MS, 28 de fevereiro de 2024.

THIAGO BARILE GALVÃO DE FRANÇA
Promotor de Justiça em substituição legal

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 2ª Promotoria de Justiça de Cassilândia da Comarca de Cassilândia, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ⁸, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento Inquérito Policial dos Autos SAJTJ nº 0000105-14.2021.8.12.0007e SAJMP nº 08.2021.00012894-1, em que constam como investigado(a/s) Sonimar Luiz da Silva, Matheus Barbosa de Assis Ferreira e Reiner Silva Carvalho ⁹ e vítima Gabriel Dias Gama, conforme se transcreve: "Portanto, esgotadas as diligências e diante da ausência de elementos seguros suficientes a ensejar o oferecimento de denúncia, o arquivamento é medida que se impõe. Ante o exposto, à luz dos argumentos esposados alhures, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul decide pelo ARQUIVAMENTO do presente inquérito policial".

Cassilândia/MS, 28 de fevereiro de 2024.

THIAGO BARILE GALVÃO DE FRANÇA
Promotor de Justiça em substituição legal

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 2ª Promotoria de Justiça de Cassilândia da Comarca de Cassilândia, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ¹⁰, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento Inquérito Policial dos Autos SAJTJ nº 0000359-21.2020.8.12.0007e SAJMP nº 08.2020.00021186-5, em que constam como investigado(a/s) Marcos Antonio Coelho, ¹¹ e vítimas Anderson Fernando de Araújo e Ana Cristina Pereira da Silva, conforme se transcreve: "Ante o exposto, à luz dos argumentos esposados alhures, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul decide pelo ARQUIVAMENTO do presente inquérito policial por força do advento da prescrição da pretensão punitiva estatal".

Cassilândia/MS, 28 de fevereiro de 2024.

THIAGO BARILE GALVÃO DE FRANÇA
Promotor de Justiça em substituição legal

⁶ "§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP."

⁷ Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.

⁸ "§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP."

⁹ Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.

¹⁰ "§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP."

¹¹ Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.



EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 2ª Promotoria de Justiça de Cassilândia da Comarca de Cassilândia, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ¹², de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento Inquérito Policial dos Autos SAJTJ nº 0001688-34.2021.8.12.0007e SAJMP nº 08.2021.00148389-8, em que constam como investigado(a/s) Ulisses Teixeira dos Santos ¹³ e vítima Joana Graciane Soeiro Santos, conforme se transcreve: "Ante o exposto, à luz dos argumentos esposados alhures, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul decide pelo ARQUIVAMENTO do presente inquérito policial, ante a insuficiência de elementos de prova quanto ao crime de ameaça e a decadência quanto ao crime de injúria".

Cassilândia/MS, 28 de fevereiro de 2024.

THIAGO BARILE GALVÃO DE FRANÇA
Promotor de Justiça em substituição legal

CORUMBÁ

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 4ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ¹⁴, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos nº 0805147-71.2022.8.12.0008, em que constam como investigado F. F. V. e vítima o M. O. B., conforme se transcreve: "Desse modo, considerando que inexistente nos autos prova concreta da autoria do delito; e que se esgotaram as medidas indicadas pela boa técnica investigativa para desvendar o ocorrido, o Ministério Público promove o arquivamento do feito".

Corumbá-MS, 29 de fevereiro de 2024.

MANOEL VERIDIANO FUKUARA REBELLO PINHO
Promotor(a) de Justiça

DOURADOS

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 4ª Promotoria de Justiça de Dourados da comarca de Dourados, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica, para fins de conhecimento e ciência¹⁵, CAROLINA DEL VALLE PAEZ RODRIGUES (representante legal de JESUS MIZAEAL SALAZAR e YENIFER CATARIN), da decisão de arquivamento do inquérito policial autos nº 08.2021.00080771-4, em que constam como investigado A Apurar e vítimas Carolina Del Valle Paez Rodrigues, Jesus Mizael Salazar e Yenifer Catarin, conforme se transcreve: "O Ministério Público Estadual arquiva o presente feito, nos insopitáveis termos do art. 129, I da Carta Política e do art. 28 do Código de Processo Penal, ante a inexistência de indícios de autoria".

4ª Promotoria de Justiça de Dourados, 28 de fevereiro de 2024.

JOÃO LINHARES
Promotor de Justiça

¹² "§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP."

¹³ Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.

¹⁴ "§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP."

¹⁵ Art. 6º (...) se houver discordância quanto à decisão de arquivamento, a vítima ou seu representante legal, nos termos do art. 28, § 1º, do CPP, poderá, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento ou da publicação da notificação, apresentar pedido de revisão da decisão, já acompanhado das respectivas razões, diretamente no órgão do Ministério Público que ordenou o arquivamento.

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 4ª Promotoria de Justiça de Dourados da comarca de Dourados, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica, para fins de conhecimento e ciência, ERMÂNIO JOSÉ SOARES DE SOUZA, inscrito sob o CPF n. 639.073.055-15, da decisão de arquivamento do inquérito policial nº 08.2023.00207877-8, em que consta como investigado Ermânio José Soares de Souza e vítima Maria da Conceição Araújo, conforme se transcreve: “O Ministério Público Estadual arquiva o presente feito, nos insopitáveis termos do art. 129, I da Carta Política e do art. 28 do Código de Processo Penal, ante a falta de indícios de culpa, por parte do investigado”.

4ª Promotoria de Justiça de Dourados, 28 de fevereiro de 2024.

JOÃO LINHARES
Promotor de Justiça

.....
PEDRO GOMES
.....

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 1ª Promotoria de Justiça de Pedro Gomes, nos termos do disposto no artigo 5º, §2º, da Resolução Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial nº 0000265-69.2023.8.12.0039, em que consta como investigado A apurar conforme se transcreve: "Desse modo, não havendo indícios suficientes de que a lesão corporal da vítima decorreu de imprudência, negligência ou imperícia, torna-se o fato atípico, sendo o arquivamento medida que se impõe. (...) Ante o exposto, à luz dos argumentos esposados alhures, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul decide pelo **ARQUIVAMENTO** do presente inquérito policial".

Pedro Gomes/MS, 21 de fevereiro de 2024.

MATHEUS MACEDO CARTAPATTI
Promotor de Justiça em Substituição Legal

.....
TRÊS LAGOAS
.....

EDITAL Nº 06.2024.00000165-6

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Três Lagoas-MS torna pública a instauração do presente Inquérito Civil, abaixo especificado, o qual poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Elvirio Mário Mancini, nº 860, Centro, em Três Lagoas-MS, Ministério Público Estadual.

Inquérito Civil nº 06.2024.00000165-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Selvíria

Assunto: “Apurar possível dano ambiental decorrente da contratação de empresa para a construção do Balneário Municipal de Selvíria/MS.”

Três Lagoas, 28 de fevereiro de 2024.

ANTONIO CARLOS GARCIA DE OLIVEIRA
Promotor de Justiça